



**Universidade de Brasília – UnB**  
**Faculdade de Comunicação – FAC**  
**Departamento de Jornalismo – JOR**

**Batalha do Jenipapo:**  
**memórias da guerra de Independência do Piauí**

Autora: Gabriella Furtado Furquim

Matrícula: 09/53253

Orientador: Paulo José Cunha

Brasília, Distrito Federal

Dezembro de 2011



**Universidade de Brasília – UnB**

**Faculdade de Comunicação – FAC**

**Departamento de Jornalismo – JOR**

# **Batalha do Jenipapo: memórias da guerra de Independência do Piauí**

Autora: Gabriella Furtado Furquim

Projeto experimental apresentado à Banca Examinadora da Faculdade de Comunicação como exigência final para obtenção do título de Bacharel em Comunicação com habilitação em Jornalismo, sob orientação do Professor Paulo José Cunha.

Brasília, Distrito Federal

Dezembro de 2011

FURQUIM, Gabriella

A cobertura seletiva do suicídio – Como os fatos jornalísticos que envolvem a morte voluntária são tratados por jornais do Distrito Federal. Orientação: Fernando Oliveira Paulino.

40 páginas.

Projeto Final em Jornalismo - Departamento de Jornalismo - Faculdade de Comunicação - Universidade de Brasília.

Brasília, 2011.

1. Batalha do Jenipapo 2. Independência do Brasil 3. Conflito armado 4. Memórias

**Universidade de Brasília**  
**Faculdade de Comunicação**  
**ATA DE DEFESA PÚBLICA DE PROJETOS EXPERIMENTAIS**

<b>Data:</b>	<b>Local:</b> UnB	<b>Semestre:</b>	2/2011
<b>Nome do Projeto:</b>	Batalha do Jenipapo: memórias da guerra de independência do Piauí		
<b>Executor</b>			
<b>Nome:</b>	Gabriella Furtado Furquim	<b>Mat.:</b>	09/53253
<b>Professor Orientador (Presidente da Banca Examinadora):</b>	Paulo José Cunha		
<b>1º Membro da Banca Examinadora:</b>	Clodomir Ferreira		
<b>2º Membro da Banca Examinadora:</b>	Antônio José Barbosa		
<b>AVALIAÇÃO</b>			
<b>Item avaliado</b>			<b>Nota</b>
Coerência			
Importância			
Seleção de métodos			
Apresentação de trabalho			
<b>MÉDIA FINAL</b>			
<b>MENÇÃO</b>			

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Orientador

\_\_\_\_\_  
1º Membro

\_\_\_\_\_  
2º Membro

# Agradecimentos

Há diferentes formas de estender a mão a quem precisa de ajuda. Agradeço aqui a todas elas. Agradeço o sorriso e papo leve da garçonete da rodoviária de Campo Maior que me serviu um café aguado. Agradeço o mototaxista que topou me carregar na garupa, sem capacete, pela rodovia até o Memorial da Batalha do Jenipapo, há 12 km de Campo Maior. Agradeço a carona de volta do Memorial, quando o meu celular não pegava e não havia uma alma viva para me socorrer. Agradeço os atendentes da Casa Anísio Brito, onde funciona o Arquivo Público do Piauí, que tiveram muita paciência comigo e atenderam a todos os meus pedidos. Agradeço o meu chefe que entendeu o meu cansaço e me deu um dia de folga para que eu dedicasse a esse trabalho. Agradeço também a todos que ofereceram seus ouvidos para escutar minhas angústias e medos e aqueles que ofereceram palavras de apoio.

Agradeço aos meus pais que tiveram que ver a filha crescer à distância. Ao meu pai, Ricardo Furquim Pereira Filho, e à minha mãe, Taís Furtado Furquim pelos conselhos, broncas e pelo apoio incondicional em todas as decisões que tomei até aqui. Aos meus irmãos, Ricardo e Lucas, que eram crianças quando eu saí de casa para estudar e hoje são homens feitos com um futuro e tanto pela frente. Obrigada por acreditarem no meu sonho. Ao Étore Medeiros por acompanhar minhas angústias e medos. Por comemorar comigo o fim de cada página. Pelas noites mal dormidas e abraços de apoio. Agradeço também ao meu professor orientador, Paulo José Cunha, por acreditar neste trabalho.



# Sumário

Resumo .....	7
1. Reportagem .....	8
1.01. O plano de D. João VI .....	9
1.02. Parnaíba declara adesão à independência brasileira .....	11
1.03. A marcha de Fidié .....	12
1.04. Fidié em Campo Maior .....	13
1.05. Fidié em Paraníba .....	13
1.06. Tomada da Casa de Pólvora em Oeiras .....	15
1.07. Preparativos para a batalha .....	16
1.08. Marcha de Fidié para Campo Maior .....	18
1.09. A Batalha do Jenipapo .....	19
1.10. O Piauí sob o domínio do medo .....	22
1.11. Fuga e perseguição de Fidié .....	23
1.12. Prisão de Fidié .....	27
1.13. Fé sertaneja .....	28
2. Memória descritiva .....	31
2.1. Introdução .....	32
2.2. Justificativa .....	33
2.3. Objeto e objetivo .....	34
2.4. Perguntas .....	34
2.5. Referencial Teórico .....	35
2.6. Metodologia .....	37
2.7. Conclusão .....	38
2.8. Orçamento .....	38
2.9. Referências .....	39

# Resumo

A proposta deste trabalho é produzir uma grande reportagem sobre a Batalha do Jenipapo, que aconteceu na cidade de Campo Maior (PI) em 1823. Quando declarada a independência do Brasil, às margens do rio Ipiranga, em 7 de setembro de 1822, o Brasil era um país fragmentado, tanto pelas distâncias geográficas quanto pelas divergências econômicas e sociais. Portugal aproveitou-se da falta de unidade do país e arquitetou um plano para manter parte do Brasil como colônia. Foi um condecorado capitão luso retomar o poder português nas províncias do Grão Pará, Maranhão e Piauí. Com o apoio das oligarquias locais e da junta de governo que controlavam as províncias em questão, Capitão Fidié desembarcou no Brasil para a missão que parecia fácil, sem resistência política ou social. Ledo engano, a população piauiense se mobilizou e com armas de matar passarinho enfrentaram o poderoso exército português. Nas margens do córrego Jenipapo, centenas de piauienses morreram em nome de um país que mal existia. E são heróis esquecidos, da nossa real independência e da unidade geográfica do Brasil que conhecemos hoje. O trabalho pretende recontar a história da batalha, de forma leve e prazerosa. Trazendo à tona diversas nuances da guerra e revelando o que resta das memórias na cultura popular 188 anos depois.

**Palavras-chaves:** Reportagem – Batalha do Jenipapo – Independência do Brasil – História do Brasil

## **Batalha do Jenipapo: memórias da guerra de independência do Piauí**

Sete de setembro de 1822, Dom Pedro I, então príncipe regente, bradou “independência ou morte” às margens do córrego do Ipiranga, no interior de São Paulo. O Brasil se tornou independente de Portugal, sem vítimas, sem sangue. A história é velha conhecida. O que pouco se sabe é que no nordeste do país, a disputa pela independência brasileira foi sangrenta e desigual.

Entre carnaubeiras espalhadas na terra seca, no município de Campo Maior, no sertão do Piauí, centenas de pequenos amontoados de pedregulhos sinalizam o local onde jazem os heróis anônimos de uma batalha esquecida. No meio deles ergue-se uma cruz imponente, transformada em ponto de peregrinação na religiosidade popular. Aos seus pés, pagadores de promessas acendem velas e depositam cartas, dentaduras, bonecos e partes do corpo, como braços e pernas, feitos em gesso, cera ou madeira, em sinal de gratidão. Foi ali que aconteceu o mais trágico confronto na Guerra de Independência, a Batalha do Jenipapo.

O historiador carioca Afrânio Peixoto, em *Obras Completas*, descreveu a diferença do movimento emancipacionista sul e no norte do país. “O norte era então o principal do Brasil, dois terços de sua atividade útil, o que os portugueses mais guardavam e onde acumularam os seus elementos de resistência. No sul a independência foi um Te Deum, beija-mão, aplausos, luminárias, flores, fitas e proclamações. No norte, sítio e trincheira, fome e peste, sangue, morticínio. Aqui a adesão, lá a guerra.”

A batalha do Jenipapo foi batizada com o nome do córrego nas margens do qual brasileiros e portugueses se enfrentaram, entre as nove horas da manhã e as duas da tarde de 13 de março de 1823. O resultado foi um banho de sangue. O número de mortes é incerto. O historiador maranhense Luís Antônio Vieira da Silva avaliou em duzentos o número de brasileiros mortos no combate, enquanto o relatório do capitão Luiz Rodrigues Chaves calculou em quatrocentos o total de vítimas dos dois lados, conforme F. A. Pereira da Costa, em *Cronologia Histórica do Estado do Piauí*.

“Muito antes do eminente escritor Euclides da Cunha haver afirmado em sua extraordinária obra *Os Sertões* que o sertanejo antes de tudo é um forte, já na Província do Piauí, os homens simples, arraigados à terra, tinham grafado em sangue nas areias do Jenipapo, com caracteres de indômita coragem e as tintas de muito sangue, que o sertanejo antes de tudo é um patriota ímpar”, escreveu a poetisa piauiense Alvina Gameiro.

O escritor e jornalista Laurentino Gomes, em entrevista, lamenta a forma enviesada que a história do Brasil é contada nos livros de história. “Infelizmente, a história da Independência do Brasil tem sido contada excessivamente pela perspectiva das margens do Ipiranga. É como se o restante do país não existisse ou todos os demais brasileiros fossem meros coadjuvantes de acontecimentos limitados à região compreendida pelas províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. É uma visão desfocada, construída por historiadores do centro-sul do país que, por preconceito ou desconhecimento, ignoraram de forma deliberada os acontecimentos importantíssimos que envolveram os demais brasileiros. O processo de separação de Portugal mobilizou todo o Brasil. Custou muito sangue e sacrifício nas regiões Norte e Nordeste, onde milhares de pessoas pegaram em armas e morreram na Guerra da Independência. A Batalha do Jenipapo é um exemplo disso.”

## **O plano de D. João VI**

Quando deixou o Brasil, em 1821, D. João VI reconhecia que a independência era impossível de conter-se. Afundado em uma crise política e econômica, o rei português começou a articular um plano para manter a parte norte do Brasil muito antes da Independência ser proclamada às margens do Ipiranga. No dia 9 de dezembro de 1821 D. João VI nomeou seu afilhado o Major João José da Cunha Fidié como Governador das Armas do Piauí.

Fidié pisou pela primeira vez em um campo de batalha, em 1808. Ano em que, pressionada por Napoleão, a corte portuguesa fugiu para o Brasil. O jovem militar lutou com ímpeto contra as tropas napoleônicas. “Ia se destacando pela bravura e subindo em postos. Mandavam-no para os pontos de maior perigo. Onde se precisasse de uma dedicação cega, aí estava ele”, escreveu Abdias Neves em *A Guerra de Fidié*. O comandante português desembarcou em Oeiras, então capital da Província do Piauí, em 8 de agosto de 1822, um mês antes da proclamação da independência.

Ao contrário das outras províncias, o Piauí foi colonizado do sertão para o mar. Os primeiros habitantes foram vaqueiros e jagunços que adentraram o sertão até atingirem a região litorânea, no Delta do Parnaíba. Sertanejo, o piauiense demonstrava na pele sua origem miscigenada. O primeiro governador do Piauí enviou uma carta para Portugal estranhando a relação entre brancos e mulatos, em 1.766. A harmonia em que viviam as diferentes raças causou certo asco do português. “Os mulatos aqui são em maior número, mas, entre eles há muitos que tem melhor reputação. Os brancos, finalmente, são menos que os sobreditos mulatos, e de tal forma que, nem aquela Companhia de Dragões pagos, que aqui há, pude conseguir conservá-la sem muita mistura. Demais,

neste sertão, por costume antiquíssimo, a mesma estimação tem os brancos, mulatos e pretos, uns e outros se tratam com recíproca igualdade, sendo rara a pessoa que se separa deste ridículo sistema, se seguirem o contrario, expõe as suas vidas.”

Em 1822 o Piauí era habitado por 90.000 pessoas, das quais apenas 20.000 brancas. As pessoas se concentravam em grandes fazendas e pequenos núcleos urbanos. As fazendas eram uma espécie de microcosmo dos piauienses. Sertões imensos separavam os núcleos urbanos em dezenas de léguas. A vegetação árida só era cortada por eventuais tropeiros, o que tornava a comunicação entre as diferentes vilas e com as demais províncias demorada e custosa. O Rio de Janeiro era, para os piauienses, uma capital quase tão distante quanto Lisboa.

A criação de gado prosperou e o Piauí se tornou um dos maiores fornecedores de carne para as demais províncias brasileiras. Para Portugal, manter o Piauí fiel à coroa lusitana seria um precioso trunfo e instrumento de barganha. A posição geográfica estratégica da Província também colaborou para o Piauí ser escolhido como o polo de resistência portuguesa. Entre duas províncias historicamente leais à Portugal, o Pará e o Maranhão, a resistência portuguesa ganharia força contra os independentes.

No Piauí, portugueses e partidários acompanharam com afinco o desenrolar da Revolução do Porto que agitava Portugal. Por outro lado, piauienses não davam atenção à regência de D. Pedro I no Rio de Janeiro. No dia 14 de maio de 1821, a constituição portuguesa foi recebida em Oeiras, então capital do Piauí, com festa. A junta portuguesa que governava o Piauí, porém, não manifestou qualquer alarde e manteve-se fiel à coroa portuguesa quando chegou o ofício dando conta da independência no sul do país. Como era de se esperar, a proclamação da Independência do Brasil não foi aceita pacificamente pelas tropas portuguesas e nem pelas elites lusas que ocupavam os mais altos cargos piauienses. Fidié desembarca em Oeiras no dia 8 de agosto de 1822 e assume imediatamente o cargo de governador das armas, em meio a do entusiasmo festivo de uns e do silêncio cauteloso de outros.

Uma onda revolucionária varria o sertão nordestino. Começara na Bahia, em fevereiro de 1822, e rapidamente se espalhou pelos arredores. No Ceará, uma junta de governo ainda fiel à corte portuguesa foi destituída por um levante liderado pelo juiz de fora José Pereira Filgueiras, rico fazendeiro na cidade do Crato. Fidié encontrou o Piauí espremido entre o Ceará, onde o espírito emancipacionista imperava, e o Maranhão, estado mais fiel à coroa portuguesa. O desejo de emancipação piauiense, porém, cresceu às escondidas, em pequenas reuniões, e encontrou terreno fértil no Piauí em virtude dos conflitos entre as oligarquias e, também, entre elas e o governo.

A maçonaria servia como meio de profusão dos ideais liberais e separatistas. Apesar das dificuldades de comunicação, a notícia da independência brasileira não demorou à chegar ao Piauí.

Menos de um mês após o grito do Ipiranga, começaram a circular pasquins apoiando a emancipação brasileira e pregando o fim do domínio português. Tais pasquins eram escritos a mão e lidos para a população analfabeta.

### **Parnaíba declara adesão à independência brasileira**

Inflamados pelo ideal revolucionário, um grupo de patriotas proclama a adesão à independência brasileira, no dia 19 de outubro de 1822, na vila de Parnaíba, no litoral piauiense. O movimento foi liderado pelo magnata piauiense Simplício Dias, considerado o homem mais rico do país à época, pelo juiz de fora João Cândido de Deus e Silva e pelo militar Leonardo Castelo Branco. “No mesmo dia despacharam portadores da grande nova para Campo Maior, solicitando o apoio desta vila, e iniciaram festas cujos os rumores escandalizavam a pacífica e sonolenta mansuetude dos sertões, não afeitos às ruidosas manifestações de regojizo coletivo”, narra Abdias Neves em *A Guerra de Fidié*.

Os primeiros boatos de que o movimento revolucionário crescia em Parnaíba poderia levar à a proclamação da independência da vila começaram a circular em Oeiras nos dias 28, 29 e 30 de setembro. Mas os mexericos não foram levados a sério por Fidié, que acreditava que o Piauí estava plenamente sob o seu controle. Quando a notícia chegou oficialmente à capital, tremeu o governador português da Província. Era preciso abafar logo o movimento da Parnaíba antes que outras vilas seguissem seu exemplo. Às pressas, o capitão português abandonou Oeiras e começou uma penosa marcha rumo a vila litorânea de Parnaíba, a frente de 1.100 homens armados. A lenta travessia a pé dos 660 quilômetros que separam Oeiras do litoral durou dois meses em meio à paisagem castigada pelo sol sertanejo. Na capital piauiense, ficou um pequeno destacamento militar, aquartelado na Casa de Pólvora, responsável pela manutenção do poder português na vila, alvo óbvio para os revolucionários.

Antes de começar a marchar, Fidié enviou uma carta aos revolucionários parnaibanos, conservada no Arquivo Público Casa Anísio Teixeira, em Teresina. “Ouvi, pois, seduzidos povos, ouvi a voz da honra que faz os seus esforços para reconduzir-vos aos deveres no que vos haveis extraviados. Não vos deixeis arrastar por opiniões indiscretas e temerárias, desprezando essas suspeitas, que vos são intimidadas por invejosos de nossa glória e prosperidade, tornai a brilhar o caminho da honra, do qual, pelas seduções, fostes, infelizmente, desviados. Não marcheis, não perturbeis a paz de vossos dias, dos dias de vossa inocente descendência, com procedimentos feios que, sem dúvida, atrairão sobre vós não só a execração pública, mas também os males que sempre a seguem. Não tenteis romper os sagrados vínculos que vos ligam a vossos briosos irmãos de

Portugal, que acabam de libertar-vos, nem lhes pagueis o maior dos benefícios com a mais horrível de todas as ingratidões. Lembrai-vos que o cidadão passa à classe dos mais vil usurpador quando se rebela contra a legítima autoridade: e se é um crime horrível roubar o nosso semelhante, contemplai quanto mais criminoso deve reputar-se quem atenta contra a vida política daqueles que nos governam.”

### **A marcha de Fidié**

Em 13 de novembro de 1822, Fidié parte para Campo Maior, cidade estrategicamente posicionada no meio do caminho entre Oeiras e Parnaíba. O capitão português pretendia estabelecer ali seu centro de operações. “Fique assentado: essa viagem foi o primeiro erro de Fidié. É claro que não devia abandonar a capital inteiramente indefesa, sem elementos de resistência, em um período de transformações e ameaças às instituições lusitanas. Oeiras, já por ser sede do Governo, já por guardar os cofres do erário, necessariamente devia chamar a atenção dos separatistas e ficar exposta a múltiplos ataques”, escreveu Abdias Neves em *A Guerra de Fidié*.

A marcha foi penosa, principalmente nos últimos dias. Estava-se em novembro e as primeiras gotas de chuva ainda não tinham anunciado o início do inverno. À frente do exército, abriam-se várzeas sem fim. Nem uma árvore capaz de emprestar a sombra para os cansados soldados era encontrada em léguas. Apenas carnaubeiras distanciadas compunham o horizonte. “Nem uma nuvem toldava o brilho do sol e amortecia o ardor da canícula: o céu acurvava-se, como uma abóboda queimada, azul, desse azul metalescente que recorda porcelanas antigas, ou águas profundas de um rio”, escreveu Abdias Neves em *A Guerra de Fidié*.

As pequenas fazendas surgiam como oásis no sertão piauienses. E os homens de Fidié usavam e abusavam dessa fonte de frescor e alimento. Abatiam os animais, roubavam alimentos, descansavam e abandonavam as habitações em situação deplorável. Os moradores fugiam matado dentro com medo dos excessos da soldadesca.

Começou a faltar água. Com a longa estiagem, os rios, córregos e poços estavam esgotados. À noite o exército luso não descansava, sedentos os homens se lançavam em uma caça incessante por água no sertão piauiense. A dureza do sertão abateu os homens de Fidié. Um encontro com o inimigo, nestas condições, dariam aos revolucionários uma vantagem que poderia ser desastrosa para o exército luso. Com este medo em mente, Fidié avistou as luzes que se espalhavam na vila de Campo Maior na noite que seria a última de tão duras privações.

## **Fidié em Campo Maior**

Na manhã de 25 de novembro Fidié entra em Campo Maior, onde é recebido calorosamente, por parte da população portuguesa. Foi o melhor dia para o exército lusitano, de festa e descanso. No dia seguinte, na Praça da Matriz foram dado vivas a Dom João VI, rei de Portugal. Fidié discursou por cerca de duas horas, condenando o movimento revolucionário. “A elite de Campo Maior era portuguesa e população comum incomodava-se com a opressão lusa. O discurso de Fidié foi a gota d’água. Ficou entalada na garganta dos campomaiorenses comuns, vaqueiros e jagunços, a humilhação. Foi um dos combustíveis que levaram os sertanejos a se lançarem no campo de batalha mais tarde”, conta o presidente da Associação Campomaiorenses de Letras, João Alves. “O que era, hoje, indiferença aparente, seria, amanhã, o fragor homérico do combate”, escreveu Abdias Neves em *A Guerra de Fidié*.

Boatos começaram a atormentar os portugueses e os revolucionários. Para os primeiros, chegavam notícias de que os emancipacionistas estavam abrindo fossos e trincheiras para defenderem a vila. Aos revolucionários chegavam informações sobre o poderio bélico de Fidié. Os dois lados tomaram providências. O comandante português solicitou reforços à cidade maranhense de Caxias e enviou à Simplício Dias um ofício persuadindo-o a desistir do movimento separatistas.

Temendo o exército português, os líderes revolucionários buscaram refúgio na cidade cearense da Granja. Com a debandada dos poderosos da cidade, os habitantes comuns entraram em pânico. O grosso da população masculina refugiou-se nas ilhas do Delta do Parnaíba, no Portinho e em Amarração (atualmente as duas vilas fazem parte do município de Luís Correa, no litoral piuiense. Fidié passou 14 dias em Campo Maior, refazendo-se da cansativa viagem. Só então decidiu seguir para Parnaíba. Cada passo do comandante português em direção ao litoral tornava Oeiras mais indefesa. Se os revolucionários tomassem o poder, as tropas de Fidié demorariam meses para reagir.

## **Fidié em Parnaíba**

Ao pisar em Parnaíba, no dia 18 de dezembro, Fidié foi surpreendido. Não havia ninguém para ser punido. Com os líderes revolucionários refugiados no Ceará, Fidié entrou triunfante na vila, sem disparar um tiro sequer. Declarou nula a adesão à Independência do Brasil, desfilou com os canhões e toda a artilharia portuguesa pelas ruas parnaibanas e promoveu uma cerimônia de ação de

graças na igreja matriz Nossa Senhora da Divina Graça. Não satisfeito, determinou que se realizassem manifestações públicas de apoio à chegada das tropas lusas, como repicar de sinos, descarga de artilharia e vivas à união do Brasil com Portugal, além de três noites de luminárias. “Os sinos da Matriz, tocando em repique, completavam o alegre quadro da cidade reconquistada e submissa”, escreveu Eugenio Porto em *Roteiro do Piauí*.

Os soldados portugueses, enquanto isso, promoveram um verdadeira caça às bruxas revolucionárias. Parentes e amigos dos líderes emancipacionistas foram presos. “Os invasores surrupiaram os livros do senado da câmara, as rendas públicas, o cofre dos órfãos e as esmolas da igreja Nossa Senhora do Rosário”, relata o historiador Adrião Neto. Centenas de animais das propriedades dos revolucionários foram abatidos e assados em verdadeiros banquetes dos militares portugueses.

Na praça em frente à igreja matriz foi feita uma enorme fogueira onde foram queimados os artigos de luxo do magnata revolucionário Simplício Dias. Um dos itens incendiados foi uma cela cravejada de diamantes com arreios cujas fivelas e pingentes eram de ouro maciço. A cela era usada apenas no cavalo de estimação de Dias, o Remanain. O animal teria morrido dias antes da chegada de Fidié à vila e teria sido enterrado dentro da igreja matriz, a pedido do dono. A credence popular dá conta de que a partir da meia noite de toda sexta-feira, ouve-se uma tropa e ecoam estridentes relinchos pela sacristia e arredores da igreja.

A mulher e a filha de Simplício Dias foram presas pelos homens de Fidié, que queria saber o paradeiro da fortuna do homem que era apontado como o mais rico do Brasil. Formado em Coimbra, o coronel Simplício tinha 1.200 escravos e no final do século 18 chegou a abater 40.000 bois por ano, transformados em carne de charque, banha e couro curtido. Esses produtos eram transportados por uma frota privada de cinco navios que cruzavam o Atlântico em direção à Europa, aos Estados Unidos e às capitânicas do nordeste e do sul do país. Simplício acumulou uma fortuna tão grande que mantinha uma orquestra particular de escravos em sua fazenda. Ele teria presenteado D. Pedro I com um cacho de bananas, em tamanho natural, todo em ouro incrustado com pedras preciosas.

“Simplício Dias pretendia ladrilhar com ouro os salões da Casa Grande de Parnaíba, para, num ato de menosprezo à realeza portuguesa, só para ter o prazer de pisar na cara de Dom João VI, de sua esposa e no brasão de Portugal que eram então estampados nas moedas. Tanto exibicionismo era explicado pela suspeita de Simplício ser filho de uma mulata”, escreveu Adrião Neto em *Parangolé*. Laurentino Gomes afirma que o magnata é a figura que mais lhe chama a atenção na história da Batalha do Jenipapo. “Fiquei encantado com a história do coronel Simplício Dias da Silva. Era um homem de excessos. Morreu em 1829, sete anos após a Independência do Brasil. Seu

túmulo, que visitei na catedral da Parnaíba recentemente, exhibe hoje uma variada simbologia maçônica”, relata.

Outra figura imponente do movimento de Parnaíba foi o militar, poeta, compositor e inventor Leonardo Castelo Branco. Era um gênio louco do sertão piauienses. De sua cabeça surgiram esboços de um barco de rodas, de um pilão movido a manivelas e até de uma descaroçadeira de algodão. Leonardo foi o primeiro líder a voltar do Ceará com homens dispostos a lutar contra Fidié. Ele morreu enforcado pelos portugueses em São Luís, capital da província vizinha, o Maranhão.

A retomada de Parnaíba deixou Fidié confiante na vitória lusa. O comandante acreditou que o Piauí já estava sob controle e começou a tramar uma invasão ao Ceará. Fidié chegou a enviar um ofício ao Maranhão pedindo homens para continuar a marcha de reconquistas lusas no território vizinho. Ledo engano. Enquanto o exército português permanecia em Parnaíba, o movimento emancipacionista crescia na capital da província, Oeiras. Os revolucionários tramavam em surdina a destituição da junta do governo e a proclamação da independência. Circulavam pasquins subversivos, espalhando boatos e intrigas dentro da corporação militar comandada por Fidié. Por conta dessas fofocas, um dos conspiradores independentes, o capitão Inácio de Araújo Costa, foi nomeado ao cargo de comandante do policiamento de Oeiras. Os revolucionários estavam com a faca e o queijo na mão para tomarem o poder na capital da província.

### **Tomada da Casa da Pólvora em Oeiras**

Na madrugada do Dia de Santa Luzia, dia 13 de dezembro de 1822, um grupo de seis mascarados surpreendeu os guardas, ainda empurrados da festa da santa, na Casa de Pólvora de Oeiras. Os rebeldes apropriaram-se das armas e das munições e surraram os portugueses com uma chibata de couro cru, deixando-os “em caldo de pinto”, nas palavras do historiador Adrião Neto. A ação foi comandada pelo Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, que tomara a frente da conspiração na capital, não por patriotismo, nem por amor à independência, mas despeitado por ter sido derrotado as eleições de 7 de abril de 1822.

No mesmo dia, foi solenizada a adesão de Oeiras ao movimento emancipacionista. “Pela manhã, sol nascido, ergueram Manuel e Joaquim Sousa Martins entusiásticas saudações à Independência do Brasil e ao imperador D. Pedro I, e o povo, espectador desta cena, saudou-a triunfante com um viva que voou sonoro e forte como uma nota de clarim”, escreveu Abdias Neves em *A Guerra de Fidié*. No mesmo dia, no senado da câmara, foi realizada uma reunião que elegeu uma nova junta de governo. O brigadeiro Manuel de Sousa Martins foi escolhido como presidente

da junta, cargo que almejou nas eleições em que foi derrotado. Um secretário e outros dois membros passaram a compor a junta que agora governava a província do Piauí.

No dia seguinte, ofícios foram enviados a todas as vilas piauienses contando a boa nova e convocando os líderes a seguir o mesmo caminho e proclamar a independência. Fidié foi o destinatário de um dos ofícios. A publicação comunicava ao comandante português o acontecido e determinava que ele entregasse o cargo no governo piauiense ao capitão Manoel Pimenta de Sampaio.

A junta de governo acreditava que Fidié, quando soubesse que os revolucionários tinham tomado o poder para Oeiras, tentaria atravessar o rio Parnaíba com destino ao Maranhão. Para capturar o capitão português na sua possível fuga, a junta reforça militarmente os portos nas vilas banhadas pelo rio. Cem homens foram enviados para o porto de São Gonçalo (atual Amarante), ficando responsável pelo patrulhamento do rio desde a barra do Canindé até o Poti.

No dia 30 de janeiro a Junta lança a seguinte proclamação, preservada no Arquivo Público de Teresina, Casa Anísio Teixeira, impondo sanções ao vizinho Maranhão.

“Esta capital proclamou a Independência e reconheceu o Governo Constitucional e Perpétuo Defensor deste Reino o Sr. D. Pedro I e as Cortes brasileiras. Este é o passo que tem dado quase todas as províncias do vasto continente brasileiro, a que vois não podeis escusar. E, como a Província do Maranhão não adote, por agora o sistema da Independência, nem ao certo se pode saber se fica ou não neutra a respeito desta, segundo o procedimento que teve com a vila de Parnaíba, quando em 19 de outubro se antecipou a declarar a sua aderência, este Governo já se dirigiu às duas primeiras autoridades daquela Província, exigindo e rogando a dita neutralidade; porém, como pode ser que se neguem a tão justa requisição, tem este mesmo Governo resolvido e ordenado que, no entanto se recebe resposta do Governo do Maranhão, não saia para ali gado *vacuum* de qualidade alguma, pois não é justo que sustentemos aqueles mesmos que ajudam e concorrem para se derramar o nosso sangue e sofreremos outros mil incômodos de que, aliás, ficaríamos livres se o Maranhão se conservasse neutro...”

Portanto, habitantes do Piauí, não exporteis para ora para o Maranhão os vossos gados; não leveis o alimento para donde vós não sabeis se vos virá o mal e a opressão. E, algum de vós que assim o fizer, então é porque, não ama sua pátria e com horror deve ser olhado por seus patrícios. Este Governo a todos vos recomenda a religiosa observância de quanto se determina e assim espera de vossos patrícios.”

Coincidentemente no mesmo dia de Santa Luzia, o primeiro líder revolucionário parnaibano voltou do Ceará com homens e munição. Com cerca de 600 combatentes, piauienses e cearenses, Leonardo Castelo Branco chegou à Piracuruca, prendeu os homens de Fidié que lá estavam fazendo

guarda e proclamou a adesão à independência brasileira. A batalha começava a ganhar contornos e a se revelar inevitável.

Quando se proclamou a independência em Oeiras, não se olhou para o número de soldados existentes da capital. Por outro lado, os homens de Fidié radicados em Oeiras desertaram e se dedicavam a roubos e saques no norte do estado. A vila continuava sujeita a ataques dos dois lados. “Em que confiava a junta? Parece que esperava forças tão numerosas do Ceará, que dispensariam a organização do exército piauiense. Vê-se, pois, que todas as esperanças estavam nos vizinhos da além-Serra Grande”, escreveu Abdias Neves em *A Guerra de Fidié*.

Enquanto Fidié permanecia aquartelado em Paranaíba, a ânsia por emancipação ganhava ainda mais força nas demais vilas piauienses. Motivadas pela destituição do governo português em Oeiras, as vilas de Crato e Icó (atualmente no Ceará, mas que na época faziam parte do Piauí) declararam adesão à independência brasileira. Os destacamentos militares das vilas de Marvão (atual município de Castelo do Piauí) e de Cratéus levantaram-se contra o regime luso.

Após declarar a Independência em Piracuruca, Leonardo Castelo Branco seguiu com seus homens até Campo Maior. No dia 2 de fevereiro, a tropa chegou à vila e não encontrou qualquer resistência. Os soldados deixados por Fidié na cidade desertam pouco a pouco com a notícia de que tropas vindas do Ceará estariam marchando em direção de Campo Maior. Soldados que deveriam defender os interesses portugueses fugiam para engrossar o exército revolucionário. Pressionado por seus comandados, no dia 26 de janeiro, o coronel José Antônio da Cunha rebelo foi o primeiro a se retirar para a Vila do Poti (atual Teresina).

Três dias depois de sua chegada à Campo Maior, Leonardo proclamou a adesão da vila ao movimento separatista e aclamou Dom Pedro I como imperador do Brasil. Para evitar uma possível reação lusa, Castelo Branco pendeu alguns portugueses que moravam na vila. Entre eles, o vigário colado da paróquia, padre João Manoel de Almeida. Português, o padre não saía da sacristia desde que foi vaiado durante o seu discurso a favor do domínio português. Com a ausência do padre, os revolucionários transformaram a paróquia de São Sebastião em ponto de encontro. “Era lá que os comandantes revolucionários, traçavam planos. Ela foi palco dos principais acontecimentos antes da batalha, Foi em frente a ela que os revolucionários se encontravam. Foi de lá que marcharam rumo ao córrego do Jenipapo. E foi lá onde as mulheres ficaram em vigília esperando os poucos homens voltariam da batalha”, conta o pesquisador e presidente da Associação Campomaiorense de Letras, João Alves.

O jovem Leonardo Castelo Branco enviou um ofício à Câmara de Caxias no Maranhão, pedindo sua adesão. Sem receber resposta, Castelo Branco estabelece seu quartel general na Fazenda Melancias, de onde era possível observar o inimigo do outro lado do rio Paranaíba. A

juventude e ingenuidade de Castelo Branco cobram um preço caro do militar e inventor. Afirmando ser simpatizante do movimento emancipacionista, o capitão maranhense José Antônio Correia, envia uma carta para Castelo Branco convidando-o para ir até o outro lado do rio. Quando pisou na margem maranhense do Parnaíba, Leonardo foi preso e enviado para São Luís. Só mais tarde soube-se que o inventor foi enforcado em praça pública na capital maranhense.

Sem embate armado, a fúria revolucionária transforma portugueses comuns em alvos. Os portugueses ricos compravam a sua tranquilidade com dinheiro, gado e cereais para custeio das tropas emancipacionista. Estes eram declarados europeus-brasileiros em ofícios expostos nas paróquias. Já os por portugueses pobres eram perseguidos como animais, fugiam com suas famílias para o sertão. Suas casas e plantações eram queimadas em festa. O decreto imperial de D. Pedro I, que determinava anistia aos portugueses que aceitassem a independência e ordenava que os outros deveriam sair de suas residências em 30 dias e do Brasil em quatro meses, era sumariamente ignorado pelos piauienses.

E neste clima de hostilidade, chegou o Natal. Ao contrário dos anos anteriores, a Vila de Campo Maior não entrou em festa. “Nas crises históricas, o homem é um escravo da fatalidade das circunstâncias: educação, sentimentos afetivos, crença, tudo desaparece no primeiro arrebatamento. Nessas ocasiões ninguém pensa em rezar, pensa-se em matar para vencer. Ficaram para o outro ano o incenso e o alecrim, as danças e os folgares, o presente de ramos olorosos e os pequeninos pastores”, escreveu Abdias Neves em A Guerra de Fidié.

### **Marcha de Fidié para Campo Maior**

No dia 28 de fevereiro de 1823, ao tomar conhecimento das ocorrências em Piracuruca, Campo Maior e Oeiras, Fidié tinha a opção de embarcar no Brigue Infante Dom Miguel, ancorado no Porto das Barcas, com destino a São Luís, no Maranhão, onde ficaria em segurança. Ou de tentar fugir pelo rio Parnaíba, como previa a nova junta de governo. Mas, em nome da coroa portuguesa, Fidié decidiu marchar em direção à Campo Maior. O comandante português estava confiante. Acreditava que, assim como Parnaíba, as outras vilas recuariam. No dia 1º de março, Fidié passa a sua tropa em revista e começa sua caminhada. Confiando em sua tropa formada por 1.100 homens, bem armados e suficientemente treinados para a guerra, Fidié avança otimista.

O capitão português não sabia que surgiria uma pedra no meio do seu caminho. A vila de Campo Maior estava em mãos dos rebeldes brasileiros e desta vez a chegada do exército luso não seria pacífica. Ao saber da aproximação do exército português, o capitão Luiz Rodrigues Chaves, comandante da guarnição local, decidiu barrar-lhe o caminho. Como dispunha de menos de

quinhentos soldados, convocou os moradores à se voluntariarem para a luta de independência.

Nos dias em que passou em Parnaíba, aproximadamente dois meses, Fidié teve tempo de sobra para disciplinar sua tropa, aumentá-la, e de receber apetrechos bélicos do Maranhão. Já o exército cearense que veio ao Piauí em defesa da independência estava a míngua. A tropa de cerca de 500 homens ainda não havia recebido nenhum tostão de soldo. Sem dinheiro, começavam a desertar. Formavam grupos de 10 a 20 homens que espalhavam o terror pelas redondezas. “Roubando, tiranizando os matutos, assassinando-os, se queriam reagir, incendiando roças e campos, destruindo fazendas, violando mulheres, num apetite bestial, sempre aceso”, escreveu Abdias Neves em *A guerra de Fidié*. O sertanejo fugia de suas terras, levando com eles o alimento e artigos de primeira necessidade. Para piorar o quadro, a seca chegava no seu período mais agudo. Foi neste estado de insalubridade que a divisão cearense soube que as tropas portuguesas estavam se aproximando.

O primeiro choque armado entre brasileiros e portugueses aconteceu no dia 10 de março de 1823, na vila de Piracuruca. A cavalaria de Fidié, com 80 homens, marchava à frente dos demais soldados. Nas proximidade da Lagoa do Jacaré, os portugueses encontraram uma força cearense de 60 homens. Houve troca de tiros e os homens de Fidié fugiram, deixando um prisioneiro, que foi morto pelos patriotas. Com o pequeno combate, o comandante português começou a marchar mais cauteloso.

## **A Batalha do Jenipapo**

Na véspera da batalha, soubera-se que Fidié pernoitara na vizinhança. “Ninguém descasara. Ninguém repousa nesses momentos. Os covardes enchem-se de receio e a agitação física atraiçoa-lhes o desassossego íntimo. Os fortes vibram diante do perigo agitam-se na ânsia de ver chegada a refrega. Ninguém repousou. Dividida em grupos, fazia a força planos de valentia”, escreveu Abdias Neves em *A Guerra de Fidié*. Enquanto isso, dentro da igreja de Santo Antônio do Surubim, as mulheres, rezavam em um só coro pela vitória dos piauienses. “Elas só saíam de lá para buscar os corpos nas margens dos rios em um momento de profunda dor e desespero”, conta João Alves.

Ao raiar do dia 12, as tropas independentes, com cerca de dois mil combatentes, composta por mais de mil piauienses de todas as classes sociais, especialmente de vaqueiros e roceiros, alguns maranhenses e o restante dos cearenses, sob comando geral do capitão Luís Rodrigues Chaves, perfiladas em frente da Igreja Matriz de Santo Antônio do Surubim, comandadas pelo som marcial de uma corneta, marcharam para as margens do córrego do Jenipapo, a 12 quilômetros de Campo Maior. Deste montante, apenas 500 homens tinham treinamento de guerra. Vindo na direção oposta

1.100 soldados profissionais e bem preparados para o combate, alguns com experiência nas guerras europeias, comandados por Fidié, marchavam em direção ao mesmo rio. O exército do comandante português contava com um pelotão de cavalaria, onze peças de artilharia, carabinas e espadas.

“Só a loucura patriótica explica a cegueira desses homens que iam partir ao encontro de Fidié quase desarmados. As poucas espingardas tinham sido distribuídas aos cearenses. Os piauienses, estes conduziam velhas espadas, facões, chuços, machados, foices. De nada valia, contudo, para eles a falta de armas tão sugestionados iam com a certeza do triunfo. Ninguém pensava, aliás, na possibilidade de morrer. Todos sonhavam com a glória do regresso à vila conduzindo algemado o chefe do exército; à frente da turbamulta sem fim dos prisioneiros”, escreveu Abdias Neves, em *A Guerra de Fidié*.

A prolongada estiagem deixou o leito praticamente seco. Nas proximidades de suas margens, além das características carnaubeiras, havia algumas moitas de mofundo, touceiras de maria-mole, capões de matos cobertos de melão-de-são-caetano e outros arbustos que foram transformados em trincheiras. Nas proximidades da margem direita do córrego, a estrada bifurcava-se em duas. O comandante brasileiro, Rodrigues Chaves, mandou uma patrulha explorar a estrada da direita, enquanto mantinha seus homens em posição privilegiada na estrada da esquerda. Por lá descia um pelotão de cavalaria de Fidié, destacado do restante do corpo de guerra português. A cavalaria portuguesa abriu fogo contra os independentes. Ouvindo os tiros, a tropa patriótica não atendeu mais aos comandos, abandonou a posição defensiva e começou a correr em desordem para o local dos disparos, acreditando que ali já começara o combate. Mais experiente, a cavalaria portuguesa retrocedeu temendo enfrentar o combate sem saber quantos homens teria a sua frente. Quando os piauienses chegaram no local dos tiros, não havia ninguém, a cavalaria desaparecera.

Fidié aproveitou-se o despreparo brasileiro. Rapidamente transferiu o grosso das suas forças para o lado oposto ao do primeiro conflito. Entrincheirados, os portugueses assumiram a posição defensiva e privilegiada que antes era dos revolucionários. Quando os brasileiros perceberam o equívoco, os 1.100 portugueses armados de granadeiras e 11 peças de artilharia já estavam prontos para apertar o gatilho. “Fidié poderia ter marchado contra a vila, de que tomaria conta sem disparar um tiro. Poderia, também, sabedor da presença dos brasileiros na estrada próxima, ter ido desalojá-los. Não o fez. O encontro devia ser decisivo. Não o demorou. E, para mais certo êxito, esperou o ataque cercado de todas as vantagens de quem, nas suas condições, assume posição defensiva”, escreveu Abdias Neves em *A Guerra de Fidié*.

Eram 9 horas da manhã quando foi dada a ordem aos revolucionários de avançar, atacando os portugueses por todos os lados. A primeira leva de brasileiros combatentes foi ao chão com os disparos portugueses. Destreinados, os revolucionários não atendiam à voz de comando, não

racionavam. Partiam em uma carreira insana em direção dos portugueses. “Desde o início da ação, viram os capitães Rodrigues Chaves e Alecrim as desigualdades das forças. Havia, apenas, um recurso: atacar os portugueses ao mesmo tempo por todos os lados e separá-los na refrega, de modo que fossem fracionados. Era difícil e arrojado. Como se tratava, porém, da única possibilidade de triunfo, fez-se a tentativa, conseguindo envolver parte do exército. Foi repelida. Recomeçaram. Repetida, ainda, recomeçaram, muitas vezes, sempre com grande perda de vidas”, descreve Abdias Neves em *A Guerra de Fidié*.

“A artilharia e fuzilaria dos partidários de Portugal varriam os campos. Muitos patriotas iriam morrer à boca dos canhões e das granadeiras assombrando o inimigo que nunca vira tanta fúria e tanto desamor pela vida”, escreveu Monsenhor Chaves. Muitos morreram à boca das peças de artilharia, deixando os soldados portugueses com o heroísmo e a loucura dos combatentes brasileiros.

A chuva de fogo só cessou às 2 horas da tarde. Após cinco horas de combate desigual, os independentes se retiraram do campo de luta. “O cansaço dominou-os primeiro que a consciência da derrota. As armas caíam-lhe das mãos trêmulas. As pernas anquilosavam-se-lhes. O peito afarvalhes. Já não combatiam, arrastavam-se para a morte”, narra Abdias Neves. As margens do Jenipapo ficaram coalhadas de corpos. Os brasileiros sobreviventes retiravam-se lentamente. Fidié poderia perseguir os fugitivos. Mas seus soldados não estavam em condições de obedecer a esta ordem, depois de cinco horas de combate.

Não se sabe ao certo quantos portugueses morreram na batalha, porque Fidié reuniu os cadáveres em cinco sepulturas, sem colocar nomes. O historiador maranhense Vieira da Silva, em *História da Independência da Província do Maranhão*, calcula que foram 16 os mortos portugueses, excluídos um capitão, um alferes e um sargento, e limita o número dos feridos em 60. Do lado brasileiro, Abdias Neves afirma categoricamente que os patriotas “deixaram no campo 542 brasileiros, mais de 200 homens mortos e feridos, uma peça de artilharia calibre 2, uma bandeira e três caixas de guerra”.

Mas a vitória teve um gosto amargo para Fidié. Após enterrar seus mortos, o capitão português ordenou que seus homens marchassem em direção à Campo Maior. O plano era reconquistar a cidade antes das forças revolucionárias recuperarem o fôlego. Porém, o capitão português foi avisado de que, na retirada, os patriotas saquearam a bagagem. Os sertanejos levaram a reserva de água, comida, roupas, armas e munição dos portugueses.

Ao anoitecer do dia 13, Fidié se aproximou de Campo Maior mas não teve coragem de ocupar a vila, seria loucura um novo combate sem reservas. Fidié decidiu recolher-se a fazenda Tombador, próxima ao campo de batalha. Ali chegou a conclusão de que seria inútil resistir à onda

revolucionária. No dia 15, o capitão português reiniciou sua marcha, mas ao invés de seguir em direção a Oeiras para tentar restabelecer o domínio português na capital da província, Fidié decidiu cruzar o rio Parnaíba e se refugiar na cidade maranhense de Caxias, ainda controlada pelos portugueses.

A batalha foi criticada como um rompante ingênuo de heroísmo patriótico por revolucionários distantes de Campo Maior. O juiz de paz de Parnaíba, Dr. João de Deus, enviou um ofício ao governo do Ceará, preservado no Arquivo Público Casa Anísio Teixeira, em Tersina. “Por incúria e pouca habilidade seu comandante Luis Rodrigues Chaves, que, conhecendo a força do inimigo maior que a nossa, e mais bem municada e disciplinada, jamais deveria apresentar batalha campal em campo raso, e sim cansar o inimigo com continuadas guerrilhas, para o que tinha bastante gente.” Foi assim que o exército revolucionário atacou Fidié até a sua prisão. O peso das mortes na batalha levaram o comandante Luis Rodrigues Chaves a enviar um ofício ao Ceará pedindo demissão. No dia 18 de março, o governo responde que não só recusa a demissão do comandante como também estava providenciando mais reforços para enviar ao seu comando.

A bagagem furtada de Fidié foi parar no Ceará. Segundo o escritor Pereira da Costa “foram autores desse roubo alguns soldados das tropas do capitão Alexandre Pereira Nereu, que o conduziram para a vila cearense de Sobral e, apreendido pelas autoridades locais, foi posto em leilão público e arrematado. Em maio deste ano de 1823, abriu José Maques Freire, juiz de fora de Campo Maior, uma devassa sobre o fato, e o presidente da junta do Poti, tenente coronel Raimundo de Sousa Martins, em ofício de 4 de junho, datado de Pindoba (localidade a 36 km de Caxias), estranhou esse procedimento, entendendo que, “se houve crime, fora por não ter sido roubada toda a bagagem”.

## **O Piauí sob o domínio do medo**

Com a guerra o Piauí mergulhou no caos. Bandos armados percorriam as cidades e fazendas extorquindo os portugueses e qualquer pessoa suspeita de ser partidária à causa lusa. Na vila de Piracuruca, parte dos soldados desertaram e se reuniram aos índios que desciam a serra da Ibiapina, na divisa com o Ceará para roubar os sertanejos. “O furto cercava-se de um nimbo luminoso de patriotismo, era considerado uma ação meritória”, escreveu Abdias Neves em *A Guerra de Fidié*. Assustados, os moradores das vilas e fazendas refugiavam-se na caatinga.

A junta de governo que comandava a província do Piauí só soube do desastre do Jenipapo no dia 19 de março, através de um ofício lacônico, comunicando a derrota do dia 13. As notícias que se espalhavam entre os moradores da cidade eram angustiantes. Dizia-se que o massacre tinha sido

geral, que ninguém escapara com vida, que era tanta a crueldade dos portugueses que os cadáveres não tinham sido sepultados e apodreciam nas margens do córrego. Os boatos davam conta de que Fidié marchava rumo à capital e que a população seria passada pelas armas.

O paradeiro de Fidié era desconhecido, os piauienses ainda não sabiam que ele seguia para o Maranhão. A população entrou em pânico quando a junta de governo confirmou o boato de que o comandante português pretendia invadir a capital. “Fidie largou de todo a vila de Parnaíba de onde saiu com mil e oitocentos homens bem armados de granadeiras, passando livremente em Piracuruca. Aquele dito major Fidié pretender vir para esta cidade e há toda a probabilidade que ao mesmo tempo que ele saia de Campo Maior seja invadida esta província por Caxias e Pastos Bons. As nossas tropas que se debandaram e estão outra vez se reunindo distante para cá de Campo Maior dez léguas e receamos muito que Fidié não encontre defesa ao chegar a Oeiras”, o ofício está preservado no Arquivo Público do Piauí Casa Anísio Teixeira, em Teresina.

Segundo Abdias Neves, dentre outras medidas tomadas, o brigadeiro Manuel de Sousa Martins, ordenou aos seus homens, às escondidas, “encaixotar o dinheiro dos cofres públicos e preparar-se para fugir rumo ao Crato, ao primeiro grito de alarme.”

### **Fuga e perseguição de Fidié**

Apenas no dia 25 de março chega a Oeiras a notícia de que Fidié não marchava em direção à capital, muito pelo contrário, o comandante português seguia em fuga para o Ceará. Sem a ameaça do embate na capital, recobram-se os ânimos, e novas medidas de guerra são tomadas. Desta vez para perseguir o Fidié em território maranhense. As decisões de guerra são descentralizadas e é criada a Junta Militar da Barra do Poti, que teria autonomia para tomar decisões no campo de batalha, sem ouvir o poder em Oeiras.

O exército lusitano chegou em Caxias no dia 17 de abril de 1823. Acompanhado de 900 soldados, o capitão português entrincheirou-se no Morro das Tabocas, hoje conhecido como morro Alecrim, uma homenagem ao comandante revolucionário. Patrulhas piauienses atacavam o exército português de tempos em tempos, o que não era suficiente para tirar o sono do comandante luso. Enquanto os independentes reorganizavam suas forças, Fidié se sentia revigorado e pronto para novos combates. A ausência de um ataque forte por parte dos revolucionários, levou Fidié a sentir-se novamente fortalecido. Confiante, Fidié parte para liquidar a autonomia da vila de São José dos Matões, que havia proclamado a independência dias após a Batalha do Jenipapo.

Ao saber das intenções de Fidié, o comandante da guarnição da cidade que seria ataca, tenente Roberto José de Moura, solicita apoio da Junta Militar do Poti. De imediato, o coronel

Raimundo de Sousa Martins ordena que o capitão João da Costa Alecrim, à frente de 400 homens, desloque-se imediatamente para Matões. Ordena também o sargento-mor Francisco Xavier Torres a ocupar com os seus 150 homens o lugarejo conhecido como Buriti Cortado, dali os revolucionários poderiam atacar as tropas inimigas pela retaguarda. As tropas de Fidié, sabendo que as forças piauienses haviam atravessado o rio em dois pontos, estacionam a duas léguas e meia de Matões, e ficam aguardando reforços que viriam de Caxias.

Impetuoso, o tenente Roberto José de Moura não espera a chegada da outra tropa revolucionária e ataca os portugueses, que estavam entrincheirados numa casa de fazenda. Logo nos primeiros ataques Moura percebeu a desvantagem que levava. O inimigo abatia quem saía da proteção das árvores para atacar os portugueses abertamente. O combate tinha tudo para se transformar em uma massacre. Os reforços de Caxias poderiam chegar a qualquer momento. Foi quando o próprio tenente coronel Moura, num gesto de audácia e loucura, infiltra-se sorrateiramente e toca fogo na trincheira portuguesa. A casa era coberta por palha. As chamas se alastraram rapidamente e os soldados portugueses começaram a fugir desordenadamente. Transformaram-se em presas fáceis para os revolucionários. Ainda no calor da batalha, as tropas de Alecrim chegaram e reforçaram a linha de guerra piauiense. Os português fugiram e se esconderam nas entranhas do morro das Tabocas. O número de mortes no combate é estimado em 45.

Previendo que o embate final estava próximo, Fidié tratou de fortificar ao máximo o morro das Tabocas. Enquanto isso, a Junta do Poti enviava reforços para Matões. No dia 25 de abril, o exército emancipacionista sofreu um sério revés. O alferes Pedro Paulo de Moraes Rego, comandando um destacamento piauiense, fez uma investida sobre o porto Repartição, onde apreendeu armas, munições e grande estoque de alimentos destinados à Fidié. Ao embarcar para cruzar o rio Parnaíba, os revolucionários foram surpreendidos por tropas maranhenses que abriram fogo e reconquistaram o botim. Tomando conhecimento do ocorrido, a Junta do Poti envia armamentos e soldados sob o comando do alferes Salvador de Oliveira e ordena que os revolucionários conquistem o porto onde aconteceu o combate. O ataque ao porto Repartição desta vez foi certo. Os soldados maranhenses se renderam e o local passou a ser dominado pelos emancipacionistas.

As tropas piauienses comandadas por Alecrim, sediadas em Matões, não ficaram paradas. Percorriam a vizinhança a procura do inimigo. O objetivo maior era evitar que reforços, armamentos e comida chegassem até a trincheira de Fidié. Não satisfeito, Alecrim decidiu avançar com suas tropas em direção ao esconderijo do exército português, sem a autorização da junta militar. Primeiro ele ocupou o Buriti Cortado, depois a fazenda Sucuruí, perigosamente perto do inimigo.

As vilas maranhenses de Manga, Pastos Bons, Repartição e São Bernardo do Brejo de Anapurus declaram adesão à independência brasileira. O comando da Junta do Poti decidiu que já era chegada a hora de transpor o rio e passar a comandar, no território maranhense, o desfecho da guerra. Enquanto isso, o irrequieto Alecrim, continua avançando, desobedecendo as ordens da Junta Militar, que queria reunir as tropas antes de atacar de Fidié. O comandante permitia que suas tropas fizessem tropelias, inclusive espancando cruelmente os portugueses capturados, o que acirrava ainda mais o clima de tensão entre Alecrim e a Junta do Poti. O auge desse desentendimento deu-se quando Alecrim ameaçou atacar a divisão do seu companheiro Luís Rodrigues Alves após uma discussão. Alecrim foi demitido do comando da 2ª divisão, e foi encaminhado para Oeiras onde iria responder as acusações feitas contra ele.

Cerca de 300 homens de Fidié montaram uma fortificação na embocadura do igarapé Jacarandá, em território maranhense, que ficou conhecida como Carnaubeira. Fortemente armados com peças de artilharia de grosso calibre, causavam pânico na vila de Parnaíba, na margem piauiense do Rio Parnaíba. Roubavam animais e saqueavam as fazendas. A Junta Militar temia a fortificação de Carnaubeira. A vila de Parnaíba estava enfraquecida militar e econômica. Uma investida portuguesa colocaria a cidade nas mãos lusas novamente.

No dia 30 de abril, regressa a Parnaíba Simplício Dias. Ele estava em terras cearenses desde o êxodo dos líderes do movimento emancipacionista da vila de Parnaíba. O magnata é credenciado pela Junta do Poti a comandar todas as forças parnaibanas. Temendo que a fortificação de Carnaubeira receba reforços, Dias decide partir para o combate. Tinha tudo para ser mais um massacre de piauienses, mas o acaso foi gentil com os revolucionários.

A soldadesca guarnecida em Carnaubeira, estava descontente com seus oficiais. Muitos daqueles homens já simpatizavam com a independência e não viam motivo para guerrear. Assim, os homens do exército de Fidié não reagiram a invasão emancipacionista, que se deu no dia 4 de junho. Com a fuga dos oficiais, o ponto fortificado foi tomado sem nenhum tiro. Animados com o sucesso, os revolucionários seguiram em direção a vila de Tutóia, que também foi conquistada sem derramamento de sangue. A ânsia pela independência crescera também na população maranhense e os emancipacionista, agora, encontravam mais aliados do que inimigos no território vizinho. O morro das Tabocas, na cidade de Caxias, onde estava Fidié, começa a ser cercado. Chegaram reforços vindos de Pernambuco e da Bahia.

No dia 29 de março, o Ceará envia seu próprio comandante das Armas, José Pereira Filgueiras, a frente de mais de 2.000 homens e três peças de campanha. A viagem durou quase três meses e os homens comandados por Filgueiras só chegaram ao palco de guerra para assistir a rendição de Fidié. As tropas cearenses chegam a Oeiras em 15 de junho. Os cearenses encontram o

Piauí em uma situação complicada. A seca agravava ainda mais a condição econômica da província. Muita gente passava fome, entre elas, os saldados piauienses. Mesmo assim, o Piauí teve que desembolsar 26:000\$000 de réis para custear a viagem da tropa da província vizinha.

No cerco a Caxias, os combatentes mantinham as tropas de Fidié em permanente defensiva, cortando-lhe todo e qualquer abastecimento. Segundo soldados que desertaram, a fome não atingia apenas os civis, o próprio Fidié tinha pouco ou quase nada com o que se alimentar. O tenente Sousa Martins, que liderava o cerco, enviou um ofício à Câmara de Caxias, convidando-os a deporem as armas.

Os revolucionários não viam os maranhenses como inimigo, apenas invadiram o território destes para prender Fidié, como relata Monsenhor Chaves. “Somente duas Províncias do vastíssimo império brasileiro ainda não haviam sacudido o jugo das cortes de Portugal: Pará e Maranhão. Quando o Piauí, seguindo os passos de D. Pedro I, triunfou da inveja dos portugueses que escravizavam e fez a sua adesão com a cooperação dos cearenses que o ajudaram a sacudir Fidié para fora do seu território, o bárbaro opressor, que semeou a intriga, a discórdia, a desavença e a tuta entre os piauienses, passou-se para Caxias, onde atualmente fazia a mesma coisa com os maranhenses. A convite destes, os piauienses e cearenses estavam diante de Caxias para expulsarem o opressor. Caxias estava cercada, estritamente bloqueada, sem comunicação comercial com parte alguma. Não era nossa intenção assolar e devastar o Maranhão e sim resgatá-lo, salvá-lo dos sistema constitucional europeu. Não viéramos roubar a quem quer que seja o seu dinheiro e muito menos obrigar os lusitanos a admitirem, pela força das armas, o sistema que abraçáramos. Quem não quisesse ficar conosco podia se retirar livremente para Portugal. Os que aderissem à causa do Brasil, mesmo sendo portugueses, seriam recebidos pelos brasileiros como irmãos. Para se salvarem, os habitantes de Caxias deviam abandonar a cizânia de Fidié, rasgar a venda que traziam nos olhos, abater as armas e procurar nossas bandeiras. O comando independente, por motivo de humanidade, propunha àquela câmara que fizesse retirar para fora da vila todas as famílias, crianças e inválidos para que não pervessem de fome. Seriam asseguradas a eles todas as garantias. O comando aguardaria uma resposta da câmara.”

A resposta esperada não veio. Fidié, um obstinado, ainda queria resistir, e contava com o apoio da Câmara de Caxias. Mas a pressão da fome levou os líderes da vila maranhense a aceitar a proposta revolucionária. Sem apoio, Fidié renuncia ao comando, passando-o ao tenente coronel Luis Manoel de Mesquita, que era partidário de uma rendição honrosa. Depois de um ultimado, propostas e contrapropostas, a capitulação foi assinada no dia 31 de julho. No dia 1º de agosto, o controverso tenente-coronel João da Costa Alecrim, de volta ao exército revolucionário após dar satisfações à Junta de Poti em Oeiras, sobe e ocupa o Morro das Tabocas. Desde então, o morro é

chamado de Morro do Alecrim, em homenagem ao revolucionário. No dia 7 de agosto de 1823, Caxias proclama oficialmente a Independência e aclama D. Pedro I como imperador.

O preço de uma guerra é alto. Caxias ficou destruída e além de ter que arcar com saques, mortes e privações, a vila maranhense teve que pagar o soldo das praças independentes. Na descrição de Monsenhor Chaves: “Feitas todas as requisições e extorsões possíveis e imagináveis, aquela coleta subiu a 204:182\$799 réis. Desta importância tiraram-se 44:260\$350 réis para o pagamento de 1.842 praças piauienses; 20:000\$000 réis para as 1.200 praças maranhenses; 25:000\$000 réis para as quinhentas e tantas praças pernambucanas. O Ceará com pouco mais de 2.000 praças ficou com 113:000\$000 de réis. Mesmo com a parte do leão, não se deram por satisfeitos os cearenses; cobraram forragem, cavalgaduras, pão e etapas, quando estes artigos lhe tinham sido subtraídos pelos habitantes tanto do Piauí como do Maranhão. Lembram-se de que, sem nada fazerem por nós, eles haviam recebido, em Oeiras, 26:000\$000 de réis, na sua passagem para Caxias.”

## **Prisão de Fidié**

No dia 5 de novembro chegam os prisioneiros portugueses a Oeiras. Fidié é recolhido no quartel do corpo da 1ª linha. As tropas cearenses e piauienses se estranharam na hora de traçar o destino do comandante português. Ambas queriam a glória de chegar com Fidié como prisioneiro em suas capitais. O comandante cearense queria levá-lo para Fortaleza e o brigadeiro Manuel Sousa Martins pretendia mantê-lo preso em Oeiras. Os cearenses chegaram a ameaçar que iriam retirar Fidié da cela com o uso da força e levá-lo a província vizinha. As coisas só se resolveram quando o Piauí aceitou a chantagem cearense e pagou 3:000\$000 réis para que desistissem da ideia de levar Fidié para Fortaleza.

Fidié rendeu-se no dia 1º de julho de 1823. Pouco antes das cortes serem dissolvidas em Lisboa. A causa pela qual Fidié lutara estava perdida, e ele mal sabia. Duas semanas mais tarde, a junta de governo do Maranhão subiu a bordo do navio Pedro I para anunciar a sua adesão à independência brasileira. No dia 22 de fevereiro de 1824, Fidié seguiu escoltado para a Bahia com destino ao Rio de Janeiro. Na cidade maravilhosa foi posto em liberdade por um indulto de D. Pedro I. Em território luso, veio ser comandante do Colégio Militar de Lisboa, cargo de alto destaque no exército português.

Com o fim da guerra de independência no Piauí, os combates continuaram na Bahia. As forças do Brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo, governador das armas da Bahia, foram batidas

em Cabrito, Pirajá e Itapã. Sitiadas em Salvador por terra e mar, as tropas portuguesas se retiraram no dia 2 de julho de 1823 em navios da esquadra lusitana. Foram as últimas tropas portuguesas a deixar o Brasil.

## **Fé sertaneja**

Cento e oitenta e nove anos se passaram. No imaginário popular, o sangue derramado nas margens do córrego Jenipapo é santo. As almas do batalhão, como são carinhosamente chamadas, são cultuadas como provedoras de todo o tipo de graça. Os pagadores de promessas espalham todo o tipo de objeto entre as tumbas dos guerreiros mortos. Velas, cartas, flores e os tradicionais membros do corpo confeccionados em madeira, cera ou cerâmica.

Seja qual for o mês, dia 17 é sempre igual. Às 3h da manhã uma música desatina a tocar pela casa de Seu Mariano, 58 anos, pedreiro. O café preto acorda o estômago sertanejo. Descalço ele caminha até a rodovia. Lá troca os pés pelos joelhos em sinal de devoção. Percorre doze quilômetros arrastando os joelhos pontudos pelos pedregulhos do acostamento. A pele mina sangue. O sol desponta no horizonte. Inclemente, avermelha o semblante e provoca uma enxurrada de suor. “É fê, gratidão”, explica ele com um sorriso zombeteiro no rosto. Seu Mariano não revela a graça alcançada. E segue, de joelhos, até o cemitério sagrado.

Cruzes carcomidas assinalam as tumbas cobertas por um amontoado de pedregulhos. É onde repousam as almas do batalhão. No centro do cemitério secular, a gratidão de Seu Mariano encontra companhia. Centenas de demonstrações de graças alcançadas com a devoção às almas guerreiras são deixadas embaixo de uma cruz enegrecida pelo tempo.

Há sete anos quem guarda as almas é Frota, 45 anos. Com uma pistola na cintura ele protege as tumbas dos vândalos e orienta os turistas e peregrinos. Desconfiado, ele diz que já viu “de um tudo” naquelas bandas. Com um sorriso tímido revela que não gosta de trabalhar à noite. “O povo fala tanta coisa. Nunca vi nada. Mas fico sismado.”

Em frente ao cemitério, uma construção imponente chama a atenção dos viajantes que percorrem a BR-343, que liga a capital Teresina ao litoral piauiense. Surge no cenário monótono de carnaubeiras salpicadas no horizonte um portal de concreto pintado de vermelho. Ao lado uma construção moderna com espelhos d'água e um cômodo de vidro que guarda as relíquias da Batalha. Armas, uniformes, correspondências.

Seu Miranda, 65 anos, foi o responsável pelo Monumento Heróis do Jenipapo, inaugurado em 19 de outubro de 1974. Hoje, aposentado, acompanha com afincos a novela “Amigas e Rivais”,

às 18 horas no SBT. Não adianta puxar papo durante a trama. Seu Miranda responde quem insiste com uma olhadela e aumenta o volume da televisão, inclemente. Quando a novela a acaba, ele puxa a cadeira de corda para varanda e é torna-se dono de uma prosa fácil e duradoura.

São dezenas de histórias inusitadas, milagres e sustos. “Já conheci gente de todo o canto do país, Acre, Rondônia, Goiás, todo mundo veio pagar promessa. Já vi acenderem mais de 50 mil velas, fiquei com medo das carnaubeiras pegarem fogo. Já teve festa também, com foguetório e tudo”, conta ele. Ele se lembra bem do dia que um homem baixinho, de cabelo engomado e bigode, surgiu no cemitério. “Fiquei curioso e fui falar com ele. De repente ele desatinou a falar. Não entendi nada, era um português. Veio ver onde o bisavó foi enterrado. Ficou desapontado quando viu os túmulos sem identificação. Mas disse que iria voltar para Portugal feliz porque poderia contar para o avô onde o pai dele foi sepultado.”

Miranda diz que já escutou todo tipo de milagre atribuído às almas do batalhão. Mas tem uma recordação, singela, que ele conta com os olhos marejados d'água. “Uma moça chegou com uma casinha de barro. Rezou por horas, agradecendo. Puxei assunto, ela me contou que os pais morreram, o dono do barraco em que moravam a expulsou e ela vagou, sozinha, por dias. Com folhas ela construiu um ninho, para protegê-la do sol e dos bichos. Morou ali por anos, sempre rezando para as almas do batalhão. Um dia um vaqueiro viu o ninho. Intrigado, desceu do cavalo e deu uma bicuda na casa dela, que voou longe. Ele a viu e saiu correndo apavorado. Voltou no outro dia, com comida, pediu desculpas, disse que achava que era um bicho, gente não pode morar daquele jeito. O vaqueiro contou para o dono da fazenda, que comovido foi visitá-la e decidiu que não poderia deixar que alguém vivesse naquelas condições. Ele separou uma terrinha pra ela, construiu uma casa pequena, as pessoas da comunidade a deram porcos e bodes.”

Miranda também conta orgulhoso que conheceu uma das últimas descendentes dos heróis do Jenipapo. Então, dono de um mercadinho em uma esquina de Campo Maior conheceu uma senhora que pagava tudo com antigos vales do INSS. “Um dia descobri que ela recebia a pensão dada às famílias que perderam o patriarca na Batalha. Ela me contou que o pai dela tinha sete irmãos, todos eles morreram na guerra. Na verdade dois morreram depois, amputados. Por isso que digo que esses números de morte dos livros de história são balela. Morreu muito mais gente.” A pensão foi concedida aos filhos e netos. Atualmente, não há beneficiários.

Seu Miranda, Frota e Mariano compartilham do mesmo desejo: que a as almas do batalhão sejam reconhecidas pelo Vaticano como santas. O padre da cidade, Pedro, guarda registros dos supostos milagres e pretende apresentá-los às autoridades do catolicismo. “Os milagres serão submetidos a todo o processo de canonização da igreja. Deve demorar um bom tempo ainda”, explica. “Muitas pessoas puras perderam a vida. Foi muito sangue inocente derramado. Eles

viraram santos, com a graça de Deus”, completa Seu Miranda.

A religiosidade e a tradição oral da Batalha do Jenipapo são o tema de pesquisa da doutoranda pela Universidade Federal do Piauí, Juliana Cavalcante. “O povo deu novos significados à história. A batalha se multiplicou em lendas e crendices. Os combatentes se transformaram em santos e muita coisa deixou o seu real significado. A maioria dos devotos sabe pouco ou quase nada sobre a Batalha. Mas, querendo ou não, assim a batalha se torna imortal e vai além do fato histórico”, afirma.



**Universidade de Brasília – UnB**

**Faculdade de Comunicação – FAC**

**Departamento de Jornalismo – JOR**

# **Memória descritiva**

Brasília, Distrito Federal

Dezembro de 2011

# Introdução

No dia 7 de setembro de 1822 Dom Pedro I, então príncipe regente, bradou “independência ou morte” às margens do rio Ipiranga. O Brasil se tornou independente de Portugal, sem vítimas, sem sangue. A história é velha conhecida. O que pouco se sabe é que ao nordeste do país, às margens não de um rio, mas de um córrego de nome Jenipapo, a luta pela independência foi sangrenta e cruel. Na cidade de Campo Maior, no Piauí, brasileiros lutaram com foices, pedras e facas contra canhões e a rica artilharia portuguesa. A luta no Piauí tirou vidas e definiu a unidade e a independência brasileira. Apesar de sua relevância, a Batalha do Jenipapo não está nos livros didáticos e o dia 13 de março não é feriado. Desconhecida por boa parte dos brasileiros essa história é viva na memória e nos ditos da região da batalha.

Jenipapo é uma lenda que nos fala de um passado de sacrifícios. Foi nas margens que piauienses humildes, vaqueiros e roceiros, desarmados, lutaram até a morte contra os canhões e as granadeiras de soldados experimentados. E fizeram vencer a sua causa, sepultando-se naquelas paragens, hoje para nós sagrados pelo respeito que nos merecem, por nós admirados como manifestação de bravura de uma gente simples que não acovardou diante da prepotência, muito embora revelasse na sua fisionomia e no seu aspecto físico a renúncia dos que não aspiram grandezas. O feito de maior heroísmo e de maior dramaticidade foi por sem dúvida o daqueles bravos piauienses, pobres, rudes e simples, que a 13 de março de 1823 travaram a Batalha do Jenipapo contra os aguerridos e superiormente comandadas tropas do Major João José da Cunha Fidié. (MOSENHOR CHAVES, *Obras completas*, página 683)

O trabalho final aqui apresentado procura recontar a história da Batalha do Jenipapo de forma leve e jornalística.

# Justificativa

A história da Independência do Brasil tem sido contada excessivamente pela perspectiva das margens do Ipiranga. A história brasileira desta época gira em torno das províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. É como se todos os outros brasileiros não existissem, agissem e pensasse da mesma forma que as pessoas das três províncias citadas ou fossem meros coadjuvantes dos acontecimentos. É uma visão desfocada, construída, de certa forma, por historiadores do centro-sul do país que, por preconceito ou desconhecimento, ignoram os acontecimentos que envolvem os demais brasileiros. O processo de separação de Portugal foi tortuoso e envolveu todo o Brasil.

A Batalha do Jenipapo não está nos livros didáticos e é desconhecida de grande parte da população brasileira, que não consegue imaginar o Brasil sem os estados do Piauí, Maranhão e Pará – região que Portugal tentou invadir em 1822. O trabalho aqui apresentado busca resgatar os fatos históricos provocados pela declaração de D. Pedro, lá nas margens do Ipiranga, e que contribuíram para a formação social, política e geográfica do país em que vivemos hoje. Este trabalho procura recontar esta história, tirando-a do poço do desconhecimento. E busca fazer isto de forma leve e interessante.

# Objeto e objetivo

O projeto tem como objeto a Batalha do Jenipapo. O objetivo é recontar a Batalha do Jenipapo, sem deixar de lado as sutilezas que dão vida e corpo à história. Além dos relatos oficiais, dos relatórios de batalha, a credence popular, suas lendas e mitos.

# Perguntas

Como foi a Batalha do Jenipapo? Quem foi os seus principais personagens? Qual a relevância da batalha para o Brasil? Que marcas a batalha deixou na região onde aconteceu? Quais as nuances sociais e econômicas dos homens que lutaram por um país recém-nascido? Que fatores levaram esses homens ao campo de batalha?

# Referencial teórico

Faz-se necessário introduzir e estimular uma reflexão acerca da escrita da história. A historiografia traz em si uma porção de dilemas. As palavras são incapazes de abarcar a complexidade dos fatos históricos. Ao escrever sobre o passado, são necessários recortes, seleções. Michel Certeau diferencia a pesquisa e a escrita da história.

Enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim, e esta estrutura de parada chega até a introdução, já organizada pelo dever de terminar. Também o conjunto se apresenta como uma arquitetura estável de elementos, de regras e de conceitos históricos que constituem sistema entre si e cuja coerência vem de uma unidade designada pelo próprio nome do autor. Finalmente, para atar-se a alguns exemplos, a representação escriturária é "plena"; preenche ou oblitera as lacunas que constituem, ao contrário, o próprio princípio da pesquisa, sempre aguçada pela falta. (CERTEAU, Michel. 1975, p.90)

No século XIX, Walter Benjamin destacou a intervenção do pesquisador na fabricação e seleção dos fatos e o peso do presente na decisão do que é ou não importante no passado. “Habitar significa deixar rastros”, disse Walter Benjamin (2006. p.46). Ou seja, quem se arrisca a escrever a história deixa um pouco de si na narrativa. Benjamin contrapunham-se à convicção realista de que a história seria um banco de dados imparcial.

Carlos Alberto Versentini na tese de doutora intitulada *A teia do fato* levanta a questão: “Com que critério um historiador fala das lutas e agentes de uma época que não é sua?”. Em sua tese, Versentini questiona o lugar do historiador nas tramas que entrelaçam os fatos históricos. Estas questões levantadas podem explicar a ausência da Batalha do Jenipapo nos livros de História do Brasil. Como destaca Laurentino Gomes, a história brasileira foi escrita por pesquisadores do centro-sul do país. Ao elaborar a história da independência do Brasil, o filtro pessoal de tais pesquisadores deu ênfase aos acontecimentos às margens do Jenipapo e ignorou as lutas no restante do país.

Este trabalho não pretende ter a profundidade de uma pesquisa historiográfica. A busca foi de uma fusão equilibrada entre o jornalismo e a pesquisa histórica. Outra questão que surge e precisa ser discutida é o conceito de reportagem. O *Manual de Redação e Estilo do Estado de São*

*Paulo* diz que: “reportagem se difere da notícia pelo conteúdo, extensão e profundidade. A notícia descreve o fato e, no máximo, seus efeitos e consequências. Assim, apura não somente as origens do fato, mas suas razões e efeitos” (1990, p. 67) A Folha de S. Paulo considera a reportagem o núcleo essencial do jornalismo que deve conter a descrição do fato, com todas as versões das partes envolvidas. Para o jornal “É recomendável que o repórter estude o tema a que a reportagem se refere” (1996, p.122).

A grande reportagem se preocupa, além de informar, em formar uma compreensão mais profunda a respeito da questão em foco. Procura também fugir da abordagem superficial de um determinado assunto. Segundo Edvaldo Pereira Lima, no livro *Páginas Ampliadas* (1993), a Grande Reportagem é o aprofundamento das ideias em relação à reportagem comum. Uma melhor contextualização do assunto amplia a visão sobre os fatos.

Marcos Faerman (1997) em *A Longa Aventura da Reportagem* enuncia a grande reportagem como o trabalho jornalístico capaz de unir a dimensão literária à documental. Ou seja, juntar a qualidade da informação, oriunda da apuração jornalística, e a qualidade narrativa do texto.

# Metodologia

O meu interesse pela Batalha do Jenipapo surgiu de uma conversa informal com meu irmão, na casa dos meus pais, em Teresina. Ele chegou do colégio e contou como tinha sido a prova de História do Piauí. “Fácil. Foi sobre a Batalha do Jenipapo”, disse. Eu nunca tinha escutado o nome de tal batalha e comecei a interrogá-lo. Ele respondeu minhas questões tranquilamente e fiquei encantada com a história. Fiquei com uma pulga atrás da orelha, eu realmente não tinha ideia de qual batalha era aquela. No mesmo dia, puxei o assunto pela internet com colegas de UnB. Ninguém sabia de nada. No dia seguinte fui à biblioteca do colégio do meu irmão, o Instituto Dom Barreto, e pesquisei em livros de história do Piauí. Saí de lá querendo contar a história pra todo mundo. Ao decidir qual seria o meu projeto de conclusão de curso, não tive dúvidas.

As minhas pesquisas começaram na biblioteca do Instituto Dom Barreto e da Universidade Federal do Piauí. Foi aí que tive contato com os livros *A guerra do Fidié*, de Abdias Neves, *Pesquisas para a História do Piauí*, de Odilon Nunes, *A Guerra do Jenipapo*, de Francisco Castro, *O Piauí na História*, de Odilon Nunes, a *Epópeia do Jenipapo* e *Geografia e História do Piauí*, de Adrião Neto. Com os livros na bagagem voltei para Brasília. Aqui um amigo comentou que já tinha lido sobre a Batalha do Jenipapo no livro *1822*, de Laurentino Gomes. Além de falar da batalha, a obra de Laurentino me indicou que era possível tratar o passado de forma jornalística. Entrei em contato com ele por e-mail. A troca de experiências com o jornalista foi fundamental na constituição do meu trabalho, aqui apresentado.

Em Brasília me debrucei sobre os livros. O medo de não estar suficientemente iterada do assunto me levou a adiar a viagem pro Piauí algumas vezes. Queria reunir o máximo de informações antes de visitar e entrevistar as pessoas. Mesmo com os adiamentos, viajei me sentindo despreparada para o trabalho de campo. Em Teresina recorri ao Arquivo Público Casa Anísio Teixeira, que preserva um calhamaço de correspondência da batalha. Muitas delas já inlegíveis devido a ação do tempo. Depois fui para Campo Maior. Meu objetivo era puxar conversa com as máximo de pessoas possíveis. Procurando qualquer tipo de história da Batalha. Passei três dias em Campo Maior. Na cidade, um dos meus planos para este projeto foi por água abaixo. Pretendia fotografar e editar a reportagem em uma revista simples. Mas fui incapaz de fotografar. Me interessei tanto pelas conversas com o moradores e pelos detalhes da cidade que esqueci a máquina fotográfica na bolsa. Nas poucas vezes que lembrei de fotografar, as fotos ficaram sem graça, com uma qualidade ruim. De volta a Teresina, entrevistei os historiadores Adrião Neto e Claudete Dias.

Após reunido o material de pesquisa, chegou o doloroso momento de selecionar o que entraria e o que ficaria de fora do projeto final. Procurei dar ênfase aos detalhes para construir uma narrativa menos noticiosa e mais interessante e plural.

## Conclusão

Cento e noventa e nove anos não são cento e noventa dias. A Batalha do Jenipapo não foi esquecida na pequena cidade de Campo Maior. Mas com o passar dos anos ela ganhou novos significados. A batalha desigual, a luta pela independência brasileira, pela emancipação do Brasil de Portugal são fatores esquecidos na batalha. O contexto histórico da batalha é assunto nebuloso entre as pessoas. Poucos sabem ao cerco os motivos da batalha. Mas o sangue derramado no Campo de Batalha não foi esquecido. Ao mesmo tempo que a religiosidade torna a luta imortal, elimina o contexto mundano. Comecei a escrever este trabalho tendo em mente a certeza de que a história da Batalha do Jenipapo precisa ser contada, passada a adiante, para não cair no esquecimento. O Jenipapo uma batalha sangrenta, em nome de um país recém-nascido. Conhecer a história da Batalha induz a diversas discussões, como identidade cultural e social do brasileiro, patriotismo e nação.

## Orçamento

Foram gastos na produção desta reportagem cerca de R\$ 500 em livros. O transporte de Brasília para Teresina custou pouco menos de R\$ 400. O transporte dentro de Teresina, de Teresina para Campo Maior e dentro de Campo Maior não ultrapassou R\$ 100. Há também os gastos com ligações telefônicas e impressão do trabalho ainda não contabilizados.

# Referências

MONSENHOR, Chaves. **Obra Completa**. Oficina da Palavra, 1998.

GAMEIRO, Alvina. **Contos dos Sertões do Piauí**. APL, 1988.

NUNES, Odilon. **O Piauí na História**. Comepi, 1975.

NETO, Adrião. **Geografia e História do Piauí**. Nova Expressão, 2010.

CASTRO, Francisco. **A guerra do Jenipapo**. FTD, 2008.

NEVES, Abdias. **A guerra do Fidié**. Fundapi, 2006.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. Artenova, 1998.

NETO, Adrião. **A Epopeia do Jenipapo**. Rima, 2007.

DIAS, Cid de Castro Dias. **Piauí das origens a nova capital**. Nova Expansão, 2009.

PEIXOTO, Afrânio. **Obras Completas**. Fundapi, 1944.

COSTA, F. A. Pereira. **Cronologia Histórica**. Artenova, 1974.

GAMEIRO, Alvina. **Chico Vaqueiro no meu Piauí**. Enriqueta, 1971.

PORTO, Eugênio. **Roteiro do Piauí**. Artenova, 1974.

GOMES, Laurentino. **1822**. Nova Fronteira, 2010

NETO, Adrião. **Parangolé**. Nova Aliança, 2010.

FAERMAN, Marcos. **A Longa Aventura da Reportagem**. São Paulo: Senac, 1997.

FOLHA DE S. PAULO. **Novo manual da redação**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1998.

MAGNO, Ana Beatriz. **A Agonia da Reportagem das Grandes Aventuras da Imprensa Brasileira à Crise do mais Fascinante dos Gêneros Jornalísticos: uma análise das matérias vencedoras do Prêmio Esso de Jornalismo**. Dissertação de Mestrado, PPGC-FAC-UnB, 2006.

O ESTADO DE S. PAULO. **Manual de redação e estilo**. Organizado e editado por Eduardo Martins. São Paulo, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Forense Universitária, 1982.

BENJAMIN, Walter. **Paris, Capital do século XIX**, in. *Passagens*, Editora UFMG/Imprensa Oficial, 2006.

VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato**. Hucitec, 1983.